



a preencher pelos serviços

data de entrada:

N.º:

1. Identificação do Requerente

1.1. Nome

João José Nogueira Gomes Rebelo

1.2 Bilhete Identidade /
Cartão Cidadão

04572917

1.3 Identificação
Fiscal

131025910

1.4 Morada

Ladeira das Alpenduradas
Coimbra

1.5 Endereço eletrónico

rebelo.jj@gmail.com

1.6 Contacto
telefónico

968340247

2. Local de consulta do Plano

2.1 Internet

☒

2.2 Divisão de Planeamento

☐**3. Identificação da Sugestão / Reclamação**

3.1 Freguesia

Todas

3.2 N.º Processo na
Câmara
(se aplicável)**4. Elementos em anexo**

4.1 Planta de localização

☐

4.2 Outros (indique quais)

5. Observação

☐

Sugestão

☒

Reclamação

☐

Pedido de esclarecimento

☐

(Efetuada no âmbito da discussão pública da proposta da 1ª revisão do PDM de Coimbra, em conformidade com o disposto no artigo 77º do D.L. nº 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo D.L. nº 46/2009, de 20 de fevereiro)

Ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

A proposta de Regulamento do PDMC prevê no seu artigo 27º um regime relativo à "Integração e transformação de pré-existências", proposta que se saúda.

Considera-se, no entanto, que o Regulamento do PDMC poderá ir um pouco mais longe, no sentido de clarificar e possibilitar o saneamento de situações anteriores à entrada em vigor do mesmo (1994) e não inteiramente legalizadas.

Efetivamente são conhecidas diversas situações (diria algumas largas dezenas) que continuam por resolver (legalizar), muitas delas com ocupação (habitadas e/ou com atividades económicas) desde aquela data, mantendo-se numa situação de "limbo" já que se por um lado não foram até agora aprovada a sua legalização, também, não foi determinada a sua correção e/ou demolição.

A sugestão que se faz vai no mesmo sentido e alcance do regulado no PDM de Lisboa (DR, 2ª série - nº 168 - 30 de Agosto de 2012) ao introduzir nas suas Disposições finais (artigo 91º) Atos válidos e pré-existências, números 5. e 6. , propondo-se a seguinte redação complementar.:

" No prazo de dois anos, as operações urbanísticas anteriores a ... (diríamos no caso de Coimbra: anteriores a 1994?) que não tenham merecido o devido licenciamento ou aprovação, poderão ser legalizadas ainda que não cumpram todas as disposições do presente plano, desde que respeitem as disposições legais aplicáveis à data da sua edificação e sejam objeto de parecer fundamentado favorável da estrutura de apoio prevista no número seguinte, autorização ou aprovação por parte de entidades competentes exteriores ao Município (redação do PDM de Lisboa mas que parece pouco precisa)".

" A CMC deverá criar uma estrutura de apoio à legalização a que se refere o número anterior, constituída maioritariamente por entidades (ou personalidades) exteriores ao município, e divulgará, para o efeito, a planta com atualização cartográfica de Coimbra concluída em ... (1994?).

Data: 05.08.2013

Assinatura. João José Nogueira Gomes Rebelo